

## Aumento do salário mínimo é prioridade para senadores

ACM reafirma apoio a R\$ 180,00, enquanto no Plenário Sebastião Rocha, Ramez Tebet, Roberto Saturnino, José Alencar, Lauro Campos, Heloísa Helena e Eduardo Suplicy cobraram uma solução para o problema



A necessidade de uma solução rápida para o salário mínimo foi apontada ontem em Plenário por diversos parlamentares, a partir de pronunciamento do senador Sebastião Rocha. O senador Antonio Carlos Magalhães reafirmou seu apoio a um mínimo de R\$ 180,00 em maio próximo.

PÁGINA 5



Rocha: elevação do mínimo deve preceder qualquer decisão sobre o teto dos três Poderes



Alcântara defendeu um reajuste com percentual igual para todos os servidores públicos

Antonio Carlos deverá processar a ex-esposa do prefeito de São Paulo por ter envolvido seu nome em denúncias contra Celso Pitta

### ACM APÓIA "QUALQUER CPI QUE AJUDE A MORALIZAR A VIDA PÚBLICA"

PÁGINA 5

### Congresso inicia semana de homenagem à mulher

PÁGINA 6

### Projeto que cria linha de pobreza vai à Câmara

Será encaminhado hoje à Câmara dos Deputados projeto que determina a fixação, pelo governo, da linha oficial de pobreza, e o estabelecimento de metas para o combate à miséria. De autoria do senador Eduardo Suplicy, a proposta foi aprovada em caráter terminativo pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

PÁGINA 3



Álvaro Dias propõe mudança nas alíquotas do Simples Saturnino elaborou substitutivo acolhido na primeira votação

### CAE

### SIMPLES PODE TER ALÍQUOTA ÚNICA PARA MICROEMPRESAS

PÁGINA 3

### PARA QUE SERVE A LINHA OFICIAL DE POBREZA

O projeto pretende que o governo defina um rendimento anual mínimo para que uma família possa suprir suas necessidades vitais. Os estudos caberiam a órgãos técnicos como o IBGE e o Ipea.

Depois de fixado esse valor, seria possível saber quantas pessoas vivem em situação de miséria no país.

Essa linha de pobreza orientaria a elaboração dos planos plurianuais, das leis de diretrizes orçamentárias, dos orçamentos anuais e dos planos e programas nacionais, regionais e setoriais.

## CAE e CI debatem situação do transporte aéreo

PÁGINA 3

# Termina amanhã discussão da DRU em segundo turno

Matéria estará pronta para votação final e, se não receber emendas no Plenário do Senado, será promulgada

O Plenário do Senado realizou ontem o primeiro dia de discussão, em segundo turno, da proposta de emenda constitucional que desvincula de qualquer despesa previamente fixada 20% da arrecadação de todos os impostos e contribuições recebidos pela União. Permitindo-se essa mudança, a Desvinculação de Receitas da União (DRU) substituirá o Fundo de Estabilização Fiscal (FEF) criado em 1994 com o nome de Fundo Social de Emergência (FSE).

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, anunciou que amanhã encerra-se a discussão da matéria, quando o texto poderá ser votado. Apresentada pelo Poder Executivo e relatada pelo senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, a proposta foi aprovada em primeiro turno em fevereiro passado, devendo agora ser dis-



O Plenário, que votou em fevereiro a DRU em primeiro turno, volta a discuti-la

cutida em três sessões antes de ser deliberada em segundo turno. Se o texto não for emendado, a matéria irá a promulgação.

Na opinião de Alcântara, a DRU proporcionará ao governo a possibilidade de manter uma política fiscal equilibrada e racional, permitindo alocar recursos onde eles são mais necessá-

rios e mantendo a estabilidade monetária, sem precisar emitir moeda, nem aumentar o endividamento público. Na opinião de Lúcio Alcântara, o elevado grau de vinculações legais de receitas "reduz substancialmente a margem de liberdade do governo federal para atender a novas demandas sociais e econômicas".

## Registro de filhos de brasileiros no exterior pode ficar mais fácil

A proposta de emenda constitucional que redefine as condições que caracterizam a nacionalidade brasileira teve ontem o terceiro dia de discussão. De autoria do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), a iniciativa visa corrigir interpretação dada pelas autoridades consulares, as quais têm entendido que o registro de filhos de brasileiros nascidos no exterior deve ser feito em cartório localizado no Brasil, e não nos consulados.

Lúcio Alcântara argumenta que existem centenas de crianças apátridas em outros países, filhas de brasileiros ou brasileiras, impedidas de

registrar-se como tais. Isso porque, segundo ele, uma emenda de revisão na Constituição brasileira deixou de se referir à necessidade de registro dessas crianças em repartição brasileira competente, o que foi interpretado pelas autoridades consulares no exterior como uma proibição de registro.

O senador argumenta que, como nem todo pai ou mãe pode pagar a passagem e vir ao Brasil fazer o registro, crianças brasileiras estão se mantendo apátridas, a menos que o país hospedeiro aceite o princípio de nacionalidade territorial para os recém-nascidos.

## Operação de crédito beneficia Correios

O Senado vota hoje, em regime de urgência, autorização para a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) elevar temporariamente seus limites de endividamento com o objetivo de contratar operação de crédito externo com o Japan Bank for International Cooperation (JBIC) e com a Marubeni, no valor de 6,8 bilhões de ienes.

O Plenário delibera também sobre dois acordos para a Provisão de Apoio às Operações da Missão de Observadores Militares do Equador e do Peru, celebrados, em 1998, pelo Brasil com esses dois países. Decide ainda sobre a renovação de concessões outorgadas às rádios Serra Azul, de Santos Dumont (MG) e Cacique, de Sorocaba (SP).

## Aprovado acordo sobre isenção de visto com a Polônia

O Senado aprovou ontem Acordo sobre Isenção Recíproca de Vistos, celebrado em Brasília, em 1999, entre o governo brasileiro e o governo da Polônia. Isso significa que cidadãos brasileiros e poloneses, independentemente do local de sua residência permanente, que sejam titulares de documentos de viagem válidos, poderão entrar, sair, transitar e permanecer no território um do outro sem visto, por um período máximo de 90 dias, a partir da data de entrada.

Em casos justificados, determina o acordo, esse período poderá ser prolongado pelas autoridades competentes do Estado receptor por um período de mais 90 dias.

Na mesma sessão, o Senado autorizou a Rádio Guarumano a explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Guarani das Missões (RS). A decisão também agora vai a promulgação.



## AGENDA

TERÇA-FEIRA, 14 DE MARÇO DE 2000

### Brasil 500



#### PLENÁRIO

##### 14h30 - Sessão deliberativa ordinária

Pauta: Segundo dia de discussão em segundo turno da \*PEC nº 4/2000, que acrescenta o art. 76 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (institui a Desvinculação de Receitas da União - DRU); quarto dia de discussão em primeiro turno da \*PEC nº 24/99, que dá nova redação à alínea "c" do inciso I do art. 12 da Constituição Federal (nacionalidade brasileira); \*PR nº 19/2000, que autoriza a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) a elevar temporariamente os seus limites de endividamento, para que possa contratar operação de crédito externo com o Japan Bank for International Cooperation e a Marubeni, no valor de 6,8 bilhões de ienes, para dar continuidade ao processo de modernização, referente ao Programa de Recuperação e Ampliação do Sistema de Telecomunicação e do Sistema Postal (Paste); \*PDL nº 35/2000, que aprova o texto do Acordo para a Provisão de Apoio às Operações da Missão de Observadores Militares Equador-Peru, celebrado entre o Brasil e o Peru, em Lima; \*PDL nº 36/2000, que aprova o texto do Acordo para a Provisão de Apoio às Operações da Missão de Observadores Militares Equador-Peru, celebrado entre o Brasil e o Equador, em Quito; \*PDL nº 54/99, aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Serra Azul para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santos Dumont (MG); \*PDL nº 97/99, aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Cacique de Sorocaba para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Sorocaba (SP); e \*Requerimento nº 81/2000, do senador Pedro Simon, solicitando a tramitação conjunta dos projetos de Lei do Senado nºs 664/99 e 688/99, por regularem a mesma matéria.

#### COMISSÕES

##### 10h - Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: Diversas matérias, entre as quais \*PLS nº 215/97, que acrescenta parágrafo ao art. 463 da CLT, assegurando ao empregado a indicação da instituição bancária onde o empregador deverá depositar seu salário; turno suplementar de discussão do substitutivo oferecido ao \*PLS nº 604/99, que dispõe sobre a alíquota aplicável à receita bruta mensal de microempresa inscrita no Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples), de que trata a Lei nº 9.317/96; \*PLS nº 177/96, que dispõe sobre a multa de mora decorrente do pagamento de tributos federais e contribuições após o vencimento; \*PLS nº 142/96, que estende o benefício do seguro-desemprego ao pequeno produtor rural; \*PR nº 41/99, que altera a Resolução do Senado Federal nº 96/89, que dispõe sobre limites globais para as operações de crédito externo e interno da União, de suas autarquias e demais entidades controladas pelo poder público federal e estabelece limites e condições para a concessão de garantias da União em operações de crédito externo e interno; \*PLS nº 311/99, que permite dedução do Imposto de Renda às pessoas físicas e jurídicas que adquiram quotas dos fundos mútuos de Investimentos em Empresas Emergentes; \*PLS nº 405/99, que altera o inciso XIII do art. 9º da Lei nº 9.317/96, para permitir que os profissionais nele arrolados possam optar pelo Simples; e \*PLS nº 128/99, que dispõe sobre a incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados e do Imposto de Importação sobre produtos indutores de violência. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 19*

##### 11h30 - Comissão de Educação

Pauta: Apreciação de diversos projetos de lei do Senado e projetos de decreto legislativo, destacando-se o \*PLS nº 228/99, que dispõe sobre a unificação dos vestibulares nas universidades federais; \*PLS nº 615/99, que altera a Lei nº 9.394/96, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional; e \*PLS nº 395/99, que dispõe sobre a concessão de desconto para os músicos no valor do ingresso em espetáculos musicais. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 15*

##### 14h - Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul

Pauta: Audiência pública sobre turismo rural, profissionalização e cooperação para o desenvolvimento. *Plenário da Câmara dos Deputados - Sala 6*

##### 15h - Comissões Mistas

Pauta: \*Medida Provisória nº 1.972-10, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior. *Ala Senador Nilo Coelho - Sala 2*

##### 17h - Reunião Conjunta da Comissão de Assuntos Econômicos e da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

Pauta: Exposição, em decorrência da aprovação do Requerimento nº 12/2000-CAE, de autoria do senador Eduardo Suplicy, do tenente-brigadeiro-do-ar Carlos Baptista, comandante da Aeronáutica, juntamente com os presidentes da Infraero, Eduardo Bogalho Pettengill; da Vasp, Wagner Canhedo, e da Transbrasil, Paulo Enrique Coco, sobre a atual situação das empresas aéreas, seus compromissos financeiros perante os organismos da União e sobre os possíveis acordos de fusão entre essas empresas ou entre empresas aéreas internacionais. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 19*

##### 17h30 - Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Pauta: \*Mensagem nº 85/2000, que submete à apreciação do Senado o nome de Luiz Augusto de Castro Neves para o cargo de embaixador do Brasil no Paraguai. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 7*

#### ESPECIAL

##### 11h - Comemoração ao Dia Internacional da Mulher

Programação: Exposição "Mulheres Indígenas", da artista plástica Lara Piquet - *hall do Anexo 2 da Câmara dos Deputados*; palestra "A Mulher do Futuro", com o sociólogo Domenico de Masi - *Audatório Patrônio Portella, no Senado Federal (14h)*; homenagem *post mortem* às mulheres brasileiras que se destacaram nos 500 anos de história do Brasil - artistas estarão dramatizando textos relebrando cada uma das homenageadas; apresentação do Coral do Senado; abertura de exposição de quadros de pintoras com temática feminina; lançamento dos livros *Mulheres Invisíveis*, de Bárbara M. Soares; *A Mulher e os Cinco Séculos de Desenvolvimento na América Latina-Brasil*, de Sylvia Aua; e *De Sonhos e Utopias - Anita e Giuseppe*, de Ivone Capuano; exposição "A Saúde da Mulher" - *Biblioteca do Senado (15h)*

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

#### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães  
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo  
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade  
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima  
2º Secretário: Carlos Patrocínio  
3º Secretário: Nabor Júnior  
4º Secretário: Casildo Maldaner  
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho  
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia  
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva  
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211  
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150  
Diretor do Jornal do Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3170  
Diretor da Agência Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3327  
Editor-Chefe: Edson de Almeida  
Editores: Djalba Lima, João Carlos Ferreira da Silva, Sylvio Costa e Sylvio Guedes  
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda  
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miquéas Dantas de Moraes  
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro, Waldemir Rodrigues, José Cruz e Jane Araújo  
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes  
Ed. Anexo I do Senado Federal,  
20º andar  
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela  
Secretaria Especial  
de Editoração e  
Publicações

# Vai à Câmara projeto que obriga fixação de metas contra a miséria

Aprovada em caráter terminativo pela CCJ, proposta do senador Eduardo Suplicy determina que o governo estabeleça, de forma técnica, a linha oficial de pobreza

Aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado de forma terminativa, será encaminhado hoje à apreciação da Câmara dos Deputados projeto que determina ao presidente da República que estabeleça, ao tomar posse, metas para redução da pobreza no país. O projeto é de autoria do senador Eduardo Suplicy (PT-SP).

Entre outras coisas, a proposta determina que o governo estabeleça a linha oficial de pobreza no Brasil, ou seja, fixe de forma técnica um rendimento anual mínimo para que uma família possa suprir suas necessidades vitais. Para o senador Eduardo Suplicy, depois de fixado esse valor mínimo, os brasileiros "finalmente ficariam sabendo quantas pessoas

passam fome no país".

De acordo com o projeto, caberá a "órgãos competentes" os estudos para delimitar essa linha oficial de pobreza. Suplicy acha que o trabalho estará a cargo do IBGE e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). E mais: o presidente da República terá de comunicar ao Congresso, nas suas mensagens de reabertura de trabalhos dos parlamentares, como estão sendo cumpridas as metas regionais para diminuir as desigualdades socioeconômicas e erradicar a pobreza.

Conforme o senador, os números sobre pobres no Brasil costumam apresentar grandes diferenças porque não existe a linha oficial de pobreza, o que obriga cada entidade ou órgão



Segundo Suplicy, com a definição da linha oficial de pobreza os brasileiros ficarão sabendo quantas pessoas passam fome

que trata do assunto a usar metodologia própria nos seus levantamentos. Essa linha de pobreza deverá orientar a elaboração dos planos plurianuais, das leis de diretrizes orçamentárias, dos orçamentos anuais e dos

programas nacionais, regionais e setoriais, de acordo com o projeto.

Se aprovada pela Câmara dos Deputados, a proposta será encaminhada à sanção do presidente da República.

## CAE vota unificação de alíquotas do Simples

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) deve realizar hoje a última votação, em caráter terminativo, do projeto do senador Álvaro Dias (PSDB-PR) que unifica as alíquotas dos impostos cobrados das microempresas através do Sistema Integrado de Pagamento de Impostos (Simples). Se for



Álvaro Dias acredita que o sistema atual inibe o crescimento das microempresas

aprovada e não houver recurso para apreciação pelo Plenário do Senado, a proposta será encaminhada à Câmara dos Deputados.

O projeto unifica em 3% sobre o faturamento bruto anual as alíquotas a serem cobradas de empresas com receitas de até R\$ 244 mil. Atualmente, existem quatro alíquotas (de 3% a 5,4%), que aumentam conforme o faturamento. Para Álvaro Dias, as alíquotas crescentes tendem a inibir o crescimento das microempresas.

Relatado pelo senador Roberto Saturnino (PSB-RJ), o projeto recebeu um

substitutivo, obrigando os senadores da CAE a realizarem uma última votação, em turno suplementar. A proposta também faz pequenas alterações nos valores das faixas de faturamento das empresas de pequeno porte, para efeito de cobrança de impostos. Empresas de pequeno porte

são as que têm faturamento anual de R\$ 244 mil a R\$ 1,2 milhão e as alíquotas do Simples, neste caso, irão variar de 5,4% a 7%.

Ao justificar seu projeto, Álvaro Dias sustenta que a existência de várias alíquotas baseadas no faturamento pode levar o empresário a sonegar para não cair numa faixa mais elevada.

COMO FICARÃO AS ALÍQUOTAS	
Receita bruta anual	Alíquotas
Até R\$ 244 mil	3,0%
De R\$ 244 mil a R\$ 360 mil	5,4%
De R\$ 360 mil a R\$ 570 mil	5,8%
De R\$ 570 mil a R\$ 780 mil	6,2%
De R\$ 780 mil a R\$ 990 mil	6,6%
De R\$ 990 mil a R\$ 1,2 milhão	7,0%

## Comissões debatem situação das empresas aéreas no país

As comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Serviços de Infra-Estrutura (CI) promovem audiência pública conjunta hoje, às 17 horas. Os senadores vão ouvir o comandante da Aeronáutica, tenente-brigadeiro-do-ar Carlos Baptista, e o presidente da



Jucá propõe imposto maior para produtos incitadores de violência

Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (Infraero), Eduardo Bogalho Pettengill. Eles falarão sobre a situação atual das empresas aéreas comerciais no Brasil e seus compromissos financeiros perante órgãos do poder público federal.

O requerimento para realização da reunião conjunta foi apresentado pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP). Pelo requerimento aprovado, também devem comparecer à audiência pública os presidentes da Vasp, Wagner Canhedo, e da Transbrasil, Paulo Enrique

Coco. Além desses temas, os executivos das empresas aéreas deverão falar sobre os possíveis acordos de fusão no setor.

Pela manhã, a Comissão de Assuntos Econômicos vota, em reunião ordinária, pauta de 12 itens. Em caráter terminativo,

será votado o projeto de lei do senador Romero Jucá (PSDB-RR) que determina a aplicação da alíquota máxima de incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre os bens que vierem a ser declarados "potencialmente deseducativos e incitadores de violência" pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda). O projeto tem voto favorável do relator, senador José Roberto Arruda (PSDB-DF).

## CE examina proposta que beneficia músicos

A Comissão de Educação reúne-se hoje, às 11h30, para apreciar uma pauta composta por 33 itens, incluindo projeto que garante aos músicos desconto de 50% no valor dos ingressos para espetáculos musicais. De autoria do senador Maguito Vilela (PMDB-GO), a matéria recebeu parecer favorável do senador Artur da Távola (sem partido-RJ), que ressaltou a relevância social da proposta. Presidida pelo senador Freitas Neto (PFL-PI), a comissão também deverá analisar dois projetos que mudam o nome de estradas brasileiras. Um, de autoria do senador Romero Jucá (PSDB-RR), denomina Rodovia Governador Hélio Campos trecho da BR-174, e outro, apresentado por Nabor Júnior (PMDB-AC), determina que trecho da rodovia BR-364 passe a se chamar Governador Edmundo Pinto. Na mesma reunião, serão analisados projetos de decreto legislativo que renovam concessões e permissões em favor de 26 emissoras de rádio e televisão, incluindo a da Rádio Inconfidência de Minas Gerais. No mesmo dia, mas às 17h30, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores. Os senadores deverão examinar a indicação do diplomata Luiz Augusto Castro Neves para o cargo de embaixador brasileiro no Paraguai. O relator da mensagem presidencial é o senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM).



Maguito é autor do projeto de desconto em espetáculos musicais

# Heloísa diz que governo legitimou fraude para pagamento de precatórios

Segundo a senadora, autorização para rolagem da dívida da prefeitura de São Paulo, feita com a emissão de títulos públicos, abriu caminho para outros processos que ela considera irregulares

A autorização para a rolagem da dívida mobiliária da prefeitura de São Paulo dada pelo Senado e defendida pelo governo abriu as portas, segundo disse a senadora Heloísa Helena (PT-AL), para “um processo de legitimação da fraude” com a emissão de títulos públicos destinada ao pagamento de precatórios. Ela recordou que, em decisão recente, a Justiça Federal do Rio de Janeiro condenou o governo do estado de Alagoas a resgatar R\$ 867 milhões em títulos de sua dívida mobiliária nas mãos de “bancos, empreiteiras e corretoras”, que recorreram ao argumento da isonomia com o caso dos títulos paulistanos para legitimar operação fraudulenta revelada pela CPI dos Pre-



Heloísa Helena citou os casos recentes de Alagoas e de Pernambuco

catórios do Senado.

Para a senadora, ao basear-se no princípio da isonomia, a decisão judicial “gera direito a partir de atos ilegais”. Ela lembrou

que, ao autorizar a rolagem da dívida mobiliária da prefeitura de São Paulo, o Senado acompanhou o principal argumento dado então pelo governo federal: o de que o Banco do Brasil, portador de mais de R\$ 7 bilhões desses títulos, iria quebrar. A “emissão fraudulenta” de títulos públicos feita por Pernambuco também foi legitimada pelo Banco Central, afirmou.

Diante desse quadro, a criação de uma CPI mista sobre precatórios “não é uma declaração vazia”, disse a senadora, referindo-se à proposta do deputado Miro Teixeira (PDT-RJ). Afinal, opinou, se a CPI dos Precatórios do Senado foi rigorosa nas suas conclusões e recomendações, é preciso verificar por que o Banco

Central legitimou as operações dando-lhes garantias legais.

Heloísa Helena manifestou ainda sua surpresa com o fato de as denúncias de Nicéa Pitta sobre a administração de seu ex-marido, Celso Pitta, terem sido veiculadas pela TV Globo. Ela também registrou seu protesto diante de declarações do presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, que teria chamado Nicéa Pitta de “prostituta”. “Que ele responda às denúncias feitas, inclusive com indignação”, disse a senadora.

Em aparte, Amir Lando (PMDB-RO) defendeu a elucidação das denúncias feitas por Nicéa Pitta, sob pena de ser mesmo necessária outra CPI dos Precatórios.

## Senador apóia convite para que Chile integre o Mercosul

Ao registrar sua presença na cerimônia de posse do novo presidente do Chile, Ricardo Lagos, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) disse que aquele país deu mais um passo importante para consolidar sua democracia. O senador também concordou com o convite feito pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, para que o Chile se torne membro do Mercosul.

Eduardo Suplicy, que viajou ao Chile acompanhado do presidente do PT, José Dirceu, do secretário-geral do partido, Marco Aurélio Garcia, e do ex-governador do Distrito Federal, Cristovam Buarque, afirmou que ficou impressionado com a forma pela qual Ricardo Lagos se expressou para defender a unidade da população em torno do futuro do país, “sem revirar feridas do passado, mas também sem deixar de fazer justiça”.

Registrando que os senadores Artur da Távola (sem partido-RJ) e Roberto Freire (PPS-PE) também participaram das festividades de transmissão de cargo, Suplicy elogiou a vibração do povo chileno na posse do novo presidente. Ele afirmou que em alguns momentos do discurso de posse, quando Lagos se referiu a Salvador Allende, as pessoas presentes aplaudiram e gritaram palavras de ordem pedindo que o ex-ditador Augusto Pinochet seja julgado.

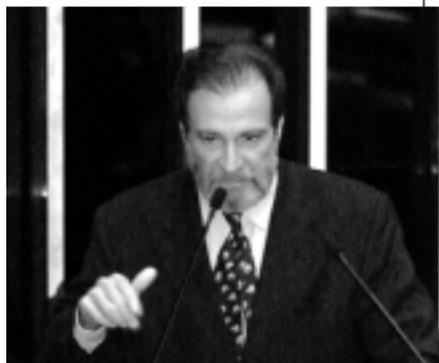
## Comissão do Mercosul debate turismo rural

Turismo rural, profissionalização e cooperação para o desenvolvimento é o tema do debate que a Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul promove hoje, às 14h. Representantes da Embratur e de entidades ligadas ao setor discutirão com os parlamentares medidas para que o turismo no campo seja uma ferramenta para a diminuição dos índices de evasão rural e uma alavanca para o desenvolvimento do país. Também será debatida a profissionalização de minorias em proveito do turismo rural.

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) é um dos debatedores. Ele vai falar sobre a cooperação técnica como um caminho para o desenvolvimento das comunidades rurais.

## Osmar questiona validade das antecipações de receita

O senador Osmar Dias (PSDB-PR) questionou ontem a validade das operações de antecipação de ICMS, feitas pelos estados do Paraná, Mato Grosso do Sul e Pernambuco, com a Petrobras, no valor de R\$ 260 milhões. “A meu ver, elas representam um tipo de financiamento para o governo estadual. Portanto, precisariam de aprovação prévia do Senado, de acordo com a Resolução 78”, afirmou.



Para Osmar, antecipações precisariam da aprovação prévia do Senado

Para Osmar Dias, essas antecipações são uma confissão de culpa de que os estados estão com sua capacidade financeira esgotada. “É incrível que o estado do Paraná, um exemplo de contas públicas em dia até cinco ou seis anos atrás, esteja se valendo dessas operações de antecipação de ICMS com a Petrobras. Elas são danosas para o governo estadual, além de irregulares”, disse.

Ele explicou que essas operações tornam o Orçamento uma “bagunça”, prejudicando ainda mais a gestão governamental. “Elas comprometem o futuro da administração. Sua falta de transparência, principalmente na taxa de desconto, prejudica a arrecadação global, abrindo caminho para negociatas.”

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) afirmou que a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) vai examinar o assunto. Ele também acredita caber ao Senado o exame e aprovação prévia dessas operações de antecipação de ICMS, por dispositivo expresso na Constituição.

Osmar Dias revelou que seu voto na comissão será contrário às operações sem exame prévio do Senado. “Se essa tese prevalecer na CAE, as antecipações de ICMS terão que ser canceladas”, assegurou.

## Suplicy não vê motivos para Câmara instalar nova CPI

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) afirmou ontem que não vê motivos para a realização de outra comissão parlamentar de inquérito para apurar novamente o que a CPI dos Precatórios do Senado já apurou. Por outro lado, ele defendeu que seja investigado por que algumas decisões

foram tomadas sem que se levassem em consideração os resultados da CPI:

— Refiro-me especificamente ao acordo assinado entre o Tesouro Nacional e a prefeitura de São Paulo para o refinanciamento em 30 anos dos títulos emitidos irregularmente para pagamento dos precatórios, apesar da determinação expressa do Senado Federal de que tais títulos somente poderiam ser refinanciados pelo prazo máximo de dez anos — explicou.

Os comentários de Suplicy foram baseados em afirmação do deputado federal Miro Teixeira (PDT-RJ) que vai requerer a instalação de uma nova CPI dos Precatórios na Câmara dos Deputados, calcado em denúncias feitas



Eduardo Suplicy

por Nicéa Pitta, ex-primeira-dama do município de São Paulo.

Na opinião do senador, passou-se a impressão de que a CPI dos Precatórios nada apurou e que seus resultados foram comprometidos pelo voto em separado do ex-senador Gilberto Miranda. Ele disse que

a comissão apurou detalhadamente as ações do “grupo que estava instalado” na Secretaria de Finanças, na época em que Celso Pitta era secretário.

Eduardo Suplicy lembrou que no relatório final aprovado pela CPI constam todos os fatos “e suas conclusões são inequívocas”. Ele confirmou que realmente houve uma tentativa do ex-senador Gilberto Miranda, através de um voto em separado, de tentar absolver o prefeito Celso Pitta, mas que ela foi “abortada” pelos demais membros da comissão, que preferiram aprovar o parecer do relator, senador Roberto Requião (PMDB-PR), e incluir o voto de Gilberto Miranda como manifestação de caráter pessoal do autor.

# ACM reafirma apoio a mínimo de R\$ 180,00

“É só olhar os salários dos países vizinhos e ver que não podemos ficar assim, envergonhados perante o mundo”, afirma o senador

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, reafirmou ontem sua posição em relação ao teto salarial do funcionalismo público – “R\$ 10.800,00 para o Executivo e o Legislativo e R\$ 11.500,00 para o Judiciário” – ao mesmo tempo em que renovou seu apoio a um reajuste do salário mínimo para R\$ 180,00, em maio próximo.

– É só olhar os salários dos países vizinhos e ver que não podemos ficar assim, envergonhados perante o mundo, com um salário de fome – explicou.

Antonio Carlos informou que falou pelo telefone com o presidente Fernando Henrique Cardoso no sábado de Carnaval, a respeito da questão do teto salarial, ocasião em que mais uma vez teria ocorrido uma identidade de posições. “Tem saído na imprensa que estou divergindo do presidente



Antonio Carlos garante que sua posição sobre o teto nos três Poderes é igual à do presidente da República

e criando problemas neste caso, mas quero dizer que minha posição é igual à dele”, destacou.

O senador acredita que esse diálogo

acaba com as intrigas. “Acho que ele não está zangado, mas se estiver, nada a opor. Mantenho minha posição”, concluiu.

## Senador confirma processo contra acusadora e apóia CPI para precatórios

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) confirmou na manhã de ontem a intenção de processar Nicéa Pitta, ex-mulher do prefeito de São Paulo, Celso Pitta, por ter envolvido seu nome nas denúncias e acusações feitas contra o prefeito paulistano. O senador revelou, ainda, que vai apoiar “toda e qualquer CPI que ajude a moralizar a vida pública”, especialmente uma comissão parlamentar de inquérito que investigue a emissão de títulos para pagamento de precatórios, além de uma sobre empreiteiras.

Na avaliação de Antonio Carlos, “a CPI é útil, porque sempre revela alguma coisa importante”, seja na área em investigação ou em outros setores importantes para “a moralização da vida pública”. Ele disse ter uma visão pessoal e específica a respeito dos precatórios, e lembrou que apresentou emenda constitucional para disciplinar essa matéria, alvo de uma medida

provisória por parte do governo.

– Pagar precatório com preferência não é uma coisa muito certa, porque beneficia muito mais os advogados do que as pessoas que têm crédito em precatórios vencidos – argumentou o presidente do Senado, que gostaria de ver adotado o prazo de dez anos sugerido para o pagamento.

O problema enfrentado pelo prefeito de São Paulo, Celso Pitta, no entender do senador Antonio Carlos Magalhães, “é antigo”.

– Ele não é um bom prefeito e quando o sujeito não é um bom prefeito e tem uma esposa que é desastrada e insana, o resultado não pode ser bom, de jeito nenhum. É o que está acontecendo em São Paulo, para vergonha do Brasil e de São Paulo – afirmou.

O senador disse que encarregou o advogado Genaro Oliveira de preparar o processo contra Nicéa Pitta. A intenção é entrar com uma interpelação judicial e a solicitação de exame

de sanidade mental da ex-esposa do prefeito paulistano. “Caso ela esteja nas suas faculdades mentais, aí entra o processo-crime”, explicou. Ele previu que ainda nesta semana a interpelação dará entrada no Fórum de São Paulo.

Ao reafirmar seu apoio a toda e qualquer CPI que venha moralizar a vida pública, Antonio Carlos enfatizou que a investigação das empreiteiras “já deveria ter saído há muito tempo”. O senador observou que pode falar “de qualquer empreiteira, mas não sei se todos podem”.

O presidente do Senado disse não acreditar que o ex-senador Gilberto Miranda possa ter usado seu nome em contato com o prefeito de São Paulo. “Não acredito e ele já soltou nota em que contesta tudo”, acrescentou. Antonio Carlos revelou que não conversava com Miranda “há mais de um ano” e que falou com ele no domingo, retornando uma ligação recebida do ex-parlamentar.

## Elevar menor salário é prioridade, diz Rocha

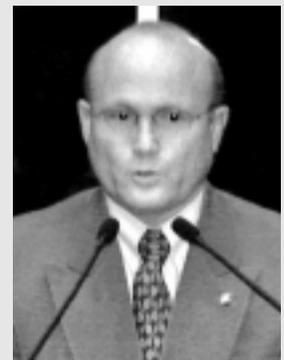
A elevação do salário mínimo deve preceder qualquer decisão sobre aumento do teto dos salários no serviço público, na opinião do senador Sebastião Rocha (PDT-AP). Lembrando que uma comissão mista especial examina fórmulas para dar ao mínimo poder de compra equivalente a pelo menos US\$ 100, Rocha conclamou o Congresso a firmar posição em torno da prioridade ao reajuste do menor salário pago no país, uma vez que o governo, segundo ele, estaria tentando adiar esse reajuste para abril, alegando o peso que a medida teria para a Previdência Social.

– A sociedade não vai concordar que se aumente antes o teto – disse o senador, que registrou o apoio do PFL a uma bandeira histórica de partidos como o PDT.

Em aparte, o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) classificou de “indecente” deixar para mais tarde a decisão sobre o mínimo. No entender do senador Roberto Saturnino (PSB-RJ), esse adiamento seria “imoral”. Saturnino enfatizou também a necessidade de concessão de reajuste aos servidores públicos federais, que estão com os salários congelados há seis anos.

– Os servidores devem se mobilizar, sob pena de ficarem a ver navios – disse Rocha.

O senador pelo Amapá disse que, se não houver outra fonte para o aumento do mínimo, pode-se até pensar na possibilidade de utilização dos recursos ora em discussão para integrar o Fundo de Combate à Pobreza previs-



Rocha: decisão sobre mínimo deve preceder fixação do teto para os três Poderes

to em propostas de emenda constitucional (PEC) em tramitação no Senado. O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) sugeriu que o governo coordene as ações destinadas a elevar a renda dos trabalhadores e complementá-la por meio de programas de renda mínima.

Segundo o senador José Alencar (PMDB-MG), o aumento do mínimo seria essencial para se ampliar a massa salarial e, portanto, o mercado consumidor, estimulando a economia e a criação de empregos. Para Alencar, é um engano achar que a indústria é que não quer reajustar o mínimo. Já o senador Lauro Campos (PT-DF) chamou a atenção para políticas mais adequadas em relação ao mínimo, adotadas em países como os Estados Unidos e a Austrália. E a senadora Heloísa Helena (PT-AL) criticou a atitude dos que anunciam a quebra da Previdência, por causa da vinculação do mínimo a alguns benefícios, mas preferem se omitir quanto aos efeitos perversos, sobre as finanças públicas, do reajuste do teto salarial dos três Poderes e da elevação dos juros da dívida interna.

## Alcântara propõe reajuste para todo o funcionalismo

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) propôs ontem a concessão de reajuste salarial para todo o funcionalismo público. “No momento em que falamos de aumento para o salário mínimo, não está na hora de ficarmos debatendo teto para os três Poderes. O bom senso indica que devemos verificar a disponibilidade do Tesouro e chegar a um percentual igual para todos os servidores, inclusive os juízes e nós, os parlamentares.”

Alcântara fez um apelo para que o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, apresente a proposta. “Nessas mudanças do Estado brasileiro, nenhuma categoria foi tão penalizada quanto o funcionalismo público, sem aumentos salariais há mais de cinco anos. Mesmo em tempos de inflação baixa, o efeito acumulado já é



Alcântara: nenhuma categoria foi tão penalizada quanto o funcionalismo público

grande”, ponderou.

Segundo o senador, esta atitude demonstraria equilíbrio e desprendimento. “O noticiário da imprensa e a opinião pública estão reagindo mal ao debate entre os presidentes dos três Poderes sobre teto salarial. Ainda é tempo de restabelecermos a prudência e a justiça nessa discussão.”

Em aparte, o senador Roberto Saturnino (PSB-RJ) concordou com a proposta de Alcântara. “Está na hora de parar com essa escalada de insensatez que começou com a greve dos juízes, passou pela solução esdrúxula de conceder auxílio-moradia a juízes e desembocou na discussão sobre o teto, que a opinião pública entende como um mero aumento para parlamentares. O justo será elaborar uma política geral de salários para todos os servidores.”

## “Honradez me dá força para enfrentar caluniadores”

No Plenário, o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, manifestou sua “surpresa, espanto e indignação”, diante das denúncias de que foi alvo por parte da ex-mulher do prefeito de São Paulo, Celso Pitta, Nicéa. “Já constituí advogado para processar quem me caluniou, independente do fato de ela poder estar sofrendo das faculdades mentais”, afirmou.

Antonio Carlos garantiu jamais ter feito qualquer solicitação à prefeitura

de São Paulo. “Na verdade, em 40 anos de vida pública – que está aberta a quem desejar informações – nunca fiz gestões a favor de qualquer empresa particular. Essa honestidade e essa honradez me dão forças para enfrentar meus caluniadores”, disse.

Ao responder ao senador Osmar Dias (PSDB-PR), que lhe havia manifestado solidariedade, Antonio Carlos disse ter ficado especialmente magoado com as insinuações de que manteria relações

com investidores duvidosos e vereadores que recebem propinas. “Eu, realmente, se não fosse um homem sério, não presidiria o Senado”, afirmou.

Osmar Dias classificou o ataque a Antonio Carlos como uma tentativa de nivelar por baixo os políticos brasileiros. “Tenho certeza de que sua conduta séria irá prevalecer. Um homem que propõe a criação de um Fundo de Combate à Pobreza não pode ser confundido com corruptos e desonestos”, disse.

# Homenagens do Congresso à mulher começam hoje

Exposições artísticas, lançamentos de livros, palestra e sessão solene conjunta registram passagem do Dia Internacional

A abertura da exposição "Mulheres Indígenas", da artista plástica Iara Piquet, no hall do Anexo 2 da Câmara dos Deputados, às 11h de hoje, marca o começo da semana de homenagens que a bancada feminina, em conjunto com a Comissão Nacional dos Direitos da Mulher, o Senado e a Câmara prepararam para comemorar o Dia Internacional da Mulher, transcorrido no último dia 8.

Além desta exposição, está prevista também para hoje, às 14h, a

realização da palestra "A Mulher do Futuro", pelo sociólogo Domenico De Masi, no Auditório Petrônio Portella, do Senado Federal; a abertura da exposição de quadros de pintoras com temática feminina; a apresentação do Coral do Senado; a dramatização de textos que relembram mulheres brasileiras de destaque nos 500 anos de história nacional e ainda a exposição "A Saúde da Mulher", na Biblioteca do Senado.

Também fará parte dos eventos

do primeiro dia de homenagens o lançamento de três livros: *Mulheres Invisíveis*, de Bárbara M. Soares; *A Mulher e os Cinco Séculos de Desenvolvimento na América Latina Brasil*, de Sylvia Auad; e *De Sonhos e Utopia – Anita e Giuseppe*, de Ivone Capuano.

As comemorações prosseguem amanhã e quinta-feira com a realização de uma sessão solene conjunta do Senado e da Câmara e de um ato simbólico na rampa do Congresso, entre outras atividades.



Maria do Carmo Alves e Renan Calheiros, autores do projeto que integra oito municípios sergipanos e cinco alagoanos em uma única região

## Projeto cria região integrada entre Sergipe e Alagoas

Está tramitando na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) projeto de autoria dos senadores Maria do Carmo Alves (PFL-SE) e Renan Calheiros (PMDB-AL) autorizando o Poder Executivo a criar a Região Administrativa Integrada de Desenvolvimento da Foz do Rio São Francisco. A proposta tem como objetivo estabelecer políticas abrangendo complexos geográficos, econômicos e sociais, procurando a redução das desigualdades regionais e sociais.

A região administrativa deverá ser constituída pelos municípios sergipanos de Neópolis, Santana de São Francisco, Propriá, Cedro de São João, Telha, Brejo Grande, Ilha das Flores e Pacatuba, mais os alagoanos de Penedo, Piaçabuçu, Igreja Nova, São Brás e Porto Real do Colégio.

Se aprovado o projeto, o Executivo fica autorizado também a criar o Programa Especial de Desenvolvimento desta região administrativa. Através dele serão estabelecidos convênios para unificar normas e critérios de procedimentos relativos aos serviços públicos, como tarifas, fretes e seguros, linhas de crédito especiais e isenções, unificações e incentivos fiscais.

Os programas prioritários para a região administrativa deverão ser na área de fruticultura irrigada, recursos hídricos, piscicultura, turismo, reforma agrária, meio ambiente e sistema de transporte. Projetos relativos à infra-estrutura básica e geração de empregos deverão ser financiados com recursos de natureza orçamentária destinados pela União, pelos estados de Sergipe e Alagoas ou municípios envolvidos.

## Nabor reverencia acreana que lutou contra exército boliviano

Ao prestar homenagem às mulheres pelo seu Dia Internacional, transcorrido no último dia 8, o senador Nabor Júnior (PMDB-AC) reverenciou a acreana Angelina Gonçalves, "combatente destemida e vitoriosa", que assumiu as armas do marido morto "e enfrentou com galhardia" as tropas bolivianas, na disputa pelo território onde é hoje o estado do Acre:

– Ela não foi a única acreana a assombrar o inimigo. Na região conflagrada, as mulheres sempre se destacaram nos trabalhos de retaguarda. E afirmo, com orgulho e convicção: sem elas, os combatentes do exército liderado por Plácido de Castro dificilmente teriam obtido as brilhantes vitórias que deram ao mapa da Amazônia brasileira seus atuais contornos – sustentou.

Nabor destacou ainda que a primeira governadora da história brasileira foi Iolanda Fleming. Uma das senadoras pioneiras também era acreana – Laélia Alcântara. Destacou que as acreanas Miraceli de Souza Lopes Borges e Eva Evangelista de Araújo Souza foram as primeiras desembargadoras do país.

Depois de lamentar que a mulher no mundo ainda seja muito discriminada, sofrendo desde maus-tratos físicos até pressões psicológicas e sendo obrigada a assumir grandes responsabilidades no lar, Nabor Júnior manifestou esperança de que a situação mude com maior rapidez no próximo século:

– Um dos maiores desafios do século XXI que se avizinha é a conscientização de homens e mu-



Nabor: desafio do século XXI é conscientização de que homens e mulheres se complementam

lheres de que eles não são competidores, mas sim complementos um do outro. Que em todos os países o respeito ao ser humano seja igualitário e incondicional – disse.

lheres de que eles não são competidores, mas sim complementos um do outro. Que em todos os países o respeito ao ser humano seja igualitário e incondicional – disse.

lheres de que eles não são competidores, mas sim complementos um do outro. Que em todos os países o respeito ao ser humano seja igualitário e incondicional – disse.

## Rocha relata desvio de verbas e empreguismo no Amapá

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) denunciou ontem irregularidades ocorridas no Amapá, onde a Assembleia Legislativa tem 2.016 servidores, mas apenas 571 compareceriam ao trabalho, segundo o que têm publicado os jornais. O Ministério Público e a Justiça estariam investigando as contratações irregulares



Sebastião Rocha

e o desvio de verbas da Assembleia. Uma comissão está inclusive iniciando o processo de cassação do mandato do deputado Fran Júnior (PMDB), presidente da Assembleia.

Apesar de responsável por verbas equivalentes a 6% do orçamento do estado – o mais alto do país –, Fran Júnior não teria quitado os compromi-

## Pesquisa aponta aprovação ao governo Siqueira Campos

Pesquisa realizada pelo Ibope entre os dias 19 e 23 de fevereiro "enaltece o governador Siqueira Campos", afirmou ontem o senador Carlos Patrocínio (PFL-TO), destacando que 77% da população aprovam a forma como o governador administra o estado e 71% disseram confiar em Siqueira Campos.

Outros resultados salientados pelo senador referiram-se a frases que, de acordo com a população pesquisada, melhor descreveriam o governador: "É muito trabalhador" recebeu a concordância de 83%; "É um líder firme e decidido", 80%; "Cumpe o que promete", 71%; "É honesto", 66%.

A percepção dos tocantinenses sobre as três áreas prioritárias para a ação do governo estadual é coerente com o grau de satisfação demonstrado pela população na pesquisa, afirmou o senador. Educação (56%), estradas e rodovias (34%) e saúde (29%) seriam as três



Carlos Patrocínio destacou, da pesquisa, o alto índice de satisfação da população

prioridades do governo.

Num balanço geral sobre os índices registrados pelo Ibope, Carlos Patrocínio avaliou que "nada deprecia o trabalho de Siqueira Campos".

Para Leomar Quintanilha (PPB-TO), houve de fato um salto para melhor na qualidade de vida da maioria dos tocantinenses, o que assegura um fortalecimento da articulação entre as regiões brasileiras, papel a que o Tocantins se prestaria naturalmente.

## Tião Viana, Lauro Campos e Pedro Piva falam à TV Senado

O programa *Cidadania*, da TV Senado, que vai ao ar hoje à 1 hora, às 6h30 e às 13h30, abre a discussão em torno das políticas públicas no tratamento da saúde mental no Brasil e como este assunto vem sendo encarado pelas autoridades e pela própria sociedade brasileira. Os convidados do programa são a psicóloga Maria do Rosário e o senador Tião Viana (PT-AC).

Pesquisa da Unicamp revelou que o Brasil passou do quinto para o terceiro lugar no *ranking* mundial do desem-

prego. É o tema da entrevista do senador Lauro Campos (PT-DF) às 3h30 e às 7h30. Lauro Campos aponta como uma das causas do aumento do desemprego a política econômica e social do atual governo federal.

Já o reajuste do salário mínimo é o tema da entrevista do senador Pedro Piva (PSDB-SP) hoje, às 9h30. Para o senador, um aumento real do salário mínimo é "necessário e negociável, mas se torna inviável" se causar desequilíbrios na Previdência Social.

### PROGRAMAÇÃO



#### TV SENADO

##### HOJE

0h55 — *Senado em Pauta*  
1h — *Cidadania*: O senador Tião Viana e a psicóloga Maria do Rosário falam sobre a saúde mental  
1h55 — *Senado em Pauta*  
2h — *Unip*: O futuro da medicina  
2h25 — *Senado em Pauta*  
2h30 — *Jornal do Senado*  
2h55 — *Senado em Pauta*  
3h — *Cores do Brasil*: Turismo em Marajó  
3h30 — *Entrevista*: O senador Lauro Campos fala sobre o desemprego  
3h55 — *Senado em Pauta*  
4h — *Jornal do Senado*  
4h25 — *Senado em Pauta*  
4h30 — *Unip*: O futuro da medicina  
4h55 — *Senado em Pauta*  
5h — *TV Escola* — Paisagens Brasileiras: Coração do Pantanal — Corumbá  
5h30 — *Cores do Brasil*: Turismo em Alagoas  
5h55 — *Senado em Pauta*  
6h — *Unip*: O futuro da medicina  
6h25 — *Senado em Pauta*  
6h30 — *Cidadania*: O senador Tião Viana e a psicóloga Maria do Rosário falam sobre a saúde mental  
7h25 — *Senado em Pauta*  
7h30 — *Entrevista*: O senador Lauro Campos fala sobre o desemprego  
7h55 — *Senado em Pauta*  
8h — *Jornal do Senado*  
8h25 — *Senado em Pauta*  
8h30 — *TV Escola* — Paisagens Brasileiras: Coração do Pantanal — Corumbá  
8h55 — *Senado em Pauta*  
9h — *Cores do Brasil*: Turismo em Sergipe

9h30 — *Entrevista*: O senador Pedro Piva fala sobre o salário mínimo  
8h55 — *Senado em Pauta*  
10h — Comissão de Assuntos Econômicos (vivo)  
Logo após — Comissão de Educação  
13h30 — *Cidadania*: O senador Tião Viana e a psicóloga Maria do Rosário falam sobre a saúde mental  
14h30 — Sessão Plenária (vivo)  
Logo após — Reunião conjunta das comissões de Infra-Estrutura e de Assuntos Econômicos (vivo)  
21h — *Jornal do Senado*  
21h30 — Comissão Mista do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (gravado)  
Logo após — Sessão Plenária (reapresentação)

#### RÁDIO SENADO

##### HOJE

8h — *Agenda Senado*  
Em seguida — Música e informação  
10h — Comissão de Assuntos Econômicos  
Em seguida — Música e informação  
14h30 — Sessão Plenária do Senado (ao vivo)  
Em seguida — Música e informação  
19h — *A Voz do Brasil*  
Em seguida — Música e informação  
20h30 — *Senado em Linha Direta* — Edição Nordeste  
Em seguida — Música e informação  
21h — *Senado em Linha Direta* — Edição Norte/Centro-Oeste  
Em seguida — Música e informação  
21h30 — *Senado em Linha Direta* — Edição Sul/Sudeste  
Em seguida — Música e informação  
0h — Sessão Plenária do Senado (reprise)  
Em seguida — Música e informação

# Quintanilha acusa ONG de intromissão indevida

Senador repudia documento de organização ambientalista holandesa criticando decisão do Brasil de aumentar produção de soja

O senador Leomar Quintanilha (PPB-TO) manifestou sua indignação e repúdio ao documento enviado pela Sociedade Holandesa pela Natureza e o Meio Ambiente ao ministro das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia, criticando a intenção do Brasil de aumentar sua produção de soja. Ele considerou a correspondência uma inconveniente e despropositada intervenção nos assuntos do país:

— Ao povo brasileiro concerne decidir o que deve fazer com nossos recursos naturais. Essa sociedade e outras que procuram interferir no desenvolvimento do Brasil não confessam seus reais propósitos e inventam, criam carapaças para disfarçar seu interesse de que o país não se desenvolva. Mas não conseguirão impedir que o país supere suas dificuldades e cresça — afirmou Quintanilha.

No documento, a Sociedade Holandesa expressa preocupação com a política brasileira de aumentar a produção e exportação de soja para a Europa. A organização também se



Quintanilha: ONGs não disfarçam desejo de impedir que o Brasil se desenvolva

posicionou contra a construção de novas vias fluviais e o aprofundamento e alargamento dos rios Araguaia, Tocantins, Paraguai, Paraná e das Mortes, alegando que causarão destruição da biodiversidade, das culturas indígenas e das reservas alimen-

tícias de 12 mil índios.

Na visão do senador pelo Tocantins, o motivo da Sociedade Holandesa ser contra o Brasil investir em vias fluviais é que, desta forma, baratearia os custos com o transporte de sua produção. Quintanilha defendeu que haja uma reação em cadeia, a partir do Senado, contra a intromissão de instituições e organismos internacionais em assuntos que dizem respeito ao país.

Em aparte, o senador Gilberto Messtrinho (PMDB-AM) disse que o interesse da Sociedade Holandesa e de outras instituições é que o Brasil não cresça nem se desenvolva para não concorrer no mercado internacional. Já o senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) sugeriu que o governo responda de forma veemente à "intromissão indevida". O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) afirmou que os países desenvolvidos, em vez de imporem barreiras ou inventarem pretextos contra a produção nacional, deveriam estimular o crescimento do país.

## Luzia quer vetar uso da TR em contratos habitacionais

O endividamento excessivo por parte dos mutuários do Sistema Financeiro da Habitação (SFH) motivou a senadora Luzia Toledo (PSDB-ES) a apresentar projeto de lei suspendendo o uso da Taxa Referencial (TR) como indexador dos financiamentos.

Apesar de ser uma taxa de referência do mercado financeiro — calculada basicamente a partir da remuneração de aplicações como os depósitos a prazo fixo —, a TR corrige os saldos devedores dos contratos por ser o índice aplicado às cadernetas de poupança. É das cadernetas de poupança que saem os recursos para os financiamentos habitacionais.

Como a Taxa Referencial acompanha os juros de mercado, e estes têm-se mantido em níveis bastante elevados, tanto os saldos devedores quanto as prestações têm crescido a um ponto insustentável para a maioria dos mutuários, segundo a senadora. Em muitos casos, o saldo devedor chega a atingir duas a três vezes o valor de mercado do imóvel:

— Nos últimos anos, o sonho da aquisição da casa própria tem se transformado em grande pesadelo para a grande maioria dos mutuários — diz Luzia Toledo.

A proposta da senadora é que a TR seja substituída pela variação do Índice Nacional de Preços (INPC) divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em caso de extinção do INPC, o reajuste dos encargos mensais e dos saldos devedores seria feito com base em outro índice de preços.



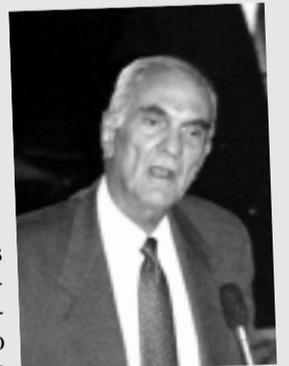
Luzia lembra que TR segue variação dos altos juros de mercado

## Saturnino rejeita critério adotado pelo BC em concurso

O senador Roberto Saturnino (PSB-RJ) protestou ontem contra o fato de, em concurso do Banco Central, ser concedido peso superior, na prova de títulos, a diplomas de algumas universidades estrangeiras selecionadas pela instituição. O senador citou artigo, publicado no jornal *O Globo*, no dia 5, em que o jornalista Elio Gaspari demonstra também sua indignação por esse critério.

Embasado no artigo do jornalista, o senador informou que os candidatos que tiverem diploma de pós-graduação em 45 universidades estrangeiras receberão 25 pontos e os que tiverem diploma de outras universidades receberão apenas cinco pontos. "Ninguém aqui é bobo. Os critérios de titulação inventados pelo Banco Central destinavam-se a favorecer os candidatos com formação acadêmica semelhante à que a *ekipekonômica* supõe ter. Tratou-se de triagem ideológica", afirmou Gaspari em seu artigo, segundo o senador.

Para Roberto Saturnino, este tipo de atitude leva ao pensamento único, que por sua vez desembocará na dolarização, "onde realmente estes senhores querem chegar". O senador, que considerou a medida antidemocrática e antibrasileira, concordou com o jornalista quando este afirma que "num país cujo presidente do Banco Central saiu da Casa de Soros e o do BNDES da Morgan Stanley é o caso de se pensar se a coisa não está indo longe demais".



Saturnino: medida é antidemocrática e antibrasileira

### COMO SINTONIZAR

#### TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica:

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Frequência RX (Banda - L) - 1505,75 Hz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Aúdio Digital NTSC MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- SEC 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: (019) 772 9600

Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo:

- NET BsB - canal 7
- SKYNET - canal 30
- DirecTV - canal 163

#### RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital:

- Equipamentos necessários:
- Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
  - Receptor ABR 200, ComStream
  - LBN DRO ComStream
  - 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

- Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
- Satélite: Brasilsat B2
- Polarização: Vertical (RX)
- Modo: Joint-Stereo
- Taxa: 128 Kbps-BPSK
- Programação ABR: CC, 1,11465600, 256000,0 FD 1,17,1,7

# Machado pede política mais agressiva no setor de turismo

Senador destaca aumento da atividade turística em 1999 e cita estudos que apontam o grande potencial do Brasil nessa área

O expressivo aumento da atividade turística no Brasil em 1999 foi destacado pelo senador Sérgio Machado (PSDB-CE). Dados da Embratur, apresentados pelo senador, indicam que o número de visitantes estrangeiros no Brasil elevou-se mais de três quartos em relação ao ano anterior.

Machado pediu uma política mais agressiva para o turismo nacional, "adequada às gigantescas potencialidades do setor". Conforme o senador, o ano de 1999 contabilizou para o setor um faturamento próximo a R\$ 15 bilhões, o que torna mais oportuna

uma política nacional bem planejada e coordenada. O principal estímulo para a formulação dessa política, citou, seria o crescimento de 14% do turismo no país, "mais que a média mundial, situada anualmente em torno de 10%".

Estudos da Organização Mundial de Turismo apontam o Brasil como um dos países com maior potencial de crescimento como destino turístico. Além disso, sustentou Sérgio Machado, o país dispõe de um mercado interno de aproximadamente 50 milhões de consumidores turísticos em potencial.



Sérgio Machado observa que turismo no Brasil cresce mais que a média mundial

## Aumento da incidência de febre amarela preocupa Mozarildo

O senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) manifestou sua preocupação com o aumento da incidência da febre amarela no Brasil e solicitou redobrada atenção para o problema, sugerindo ao ministro da Saúde, José Serra, vacinação em massa nos municípios próximos às áreas em que foram detectados casos dessa doença.

Segundo a Fundação Nacional de Saúde (Funasa), desde 1998 vem ocorrendo um período de epizootia entre os símios de



Mozarildo Cavalcanti sugere "atenção redobrada" para a febre amarela

várias regiões da floresta amazônica e, posteriormente, em algumas regiões do cerrado do Centro-Oeste. Mozarildo observou que toda vez que ocorre essa epizootia, isto é, o ataque simultâneo da doença a numerosos macacos de uma mesma área geográfica, registra-se, além da morte de muitos desses animais, a ocorrência de um número maior de casos da doença em seres humanos.

Segundo dados estatísticos do Cen-

tro Nacional de Epidemiologia, citados pelo senador, foram confirmados, desde o início do ano, 14 casos de febre amarela silvestre, sendo 12 com transmissão em Goiás, e dois casos no Tocantins e em Mato Grosso. Das 14 pessoas infectadas, cinco morreram.

O senador disse que, embora tenha aumentado o número de casos notificados da doença, constata-se que há uma agilidade maior na investigação de casos e surtos e na adoção de medidas de controle. Segundo ele, a população vacinada no país tem aumentado significativamente: 12 milhões de doses em 1998 e 14 milhões de doses em 1999, enquanto a média anterior era de cerca de 3 milhões de doses por ano.

Mesmo assim, Mozarildo pediu ações mais amplas para combater o problema no país. Ele afirmou que é preciso mapear os focos da doença e intensificar o plano de vacinação contra a febre amarela.

## Para Jucá, integração cultural no Mercosul deve ser aprimorada

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) destacou a necessidade de aprimorar a integração das áreas educacional e cultural dos países que compõem o Mercosul. Para ele, acordos econômicos não serão suficientes para garantir o sucesso do processo de consolidação do bloco regional.

— No início da década de 80, Brasil e Argentina começaram a viabilizar o projeto, que, nos anos 90, iria consolidar-se no Mercado Comum do Cone Sul. A experiência da União Européia (UE) foi fundamental ao Mercosul, pois a UE jamais permitiu que o processo de integração se esgotasse no âmbito econômico — disse Jucá.

O senador afirmou que na área cultu-

ral os contatos entre intelectuais e artistas vêm possibilitando co-produções em filmes, peças teatrais e exposições. Mas, na avaliação de Jucá, é na educação que os resultados da integração são mais visíveis. "A língua portuguesa faz parte do currículo obrigatório nas escolas dos países de língua espanhola e diplomas de ensino médio e de graduação são aceitos para continuidade dos estudos nesses países", enumerou.

Romero Jucá elogiou o trabalho realizado pelo Ministério da Educação, que vem produzindo informações para a formulação das políticas educacionais. O trabalho do governo brasileiro deverá estar integrado aos outros países do Mercosul, conforme diretriz do Seminá-



Jucá: acordos econômicos não serão suficientes para consolidar bloco regional

rio de Estatísticas da Educação, promovido pela Unesco, no Chile, em 1997. A idéia do encontro é criar redes de colaboração na geração de informações e indicadores confiáveis.

— São atitudes assim que nos fazem acreditar na possibilidade concreta de superarmos nossas históricas deficiências educacionais. Ao vê-las acontecerem também entre os parceiros do Mercosul, passamos a ter mais elementos para acreditar no êxito de nosso processo integracionista — observou o senador.

## João Alberto defende busca de soluções para o lixo urbano

O senador João Alberto (PMDB-MA) defendeu a adoção de uma política para o lixo produzido nas cidades brasileiras, afirmando que é preciso "caminhar depressa no tratamento dessa questão". O senador informou que 85% dos resíduos das residências, do comércio e da varredura das vias públicas têm como destino o céu aberto, destacando que o maior problema é o lixo tecnológico.

— Uma abordagem tecnologicamente moderna no tratamento do lixo representa, hoje, ganho de recursos, além de preparar a solução para um dos duelos do século 21: o equilíbrio entre o desejo de consumir, a comodidade e a consciência ambiental — afirmou o senador.

Citando dados do Ministério do Meio Ambiente, João Alberto informou que nos últimos quatro anos foram jogadas no lixo, em todo o país, 11 toneladas de baterias celulares. Em 1997, 80% dessas baterias eram de cádmio, 12% de metal hidreto e 8% de lítio.

— O primeiro produz alterações no sangue e na urina, idiotismo, invalidez, problemas respiratórios e renais. O segundo pode afetar o sistema nervoso central, lesando o córtex do cérebro, causando dormência nos



João Alberto diz que abordagem moderna no tratamento do lixo representa ganho de recursos

membros do corpo, fadiga, perda da memória e problemas no sistema cardiovascular e endócrino. Por fim, o cádmio é responsável por câncer e edema nos pulmões — alertou.

Outro grande vilão, disse o senador, é o pneu, cuja combustão "polui mais do que uma fábrica de médio porte ao jogar no ar fumaça negra, enxofre e carbono". João Alberto denunciou, citando dados do Ministério do Meio Ambiente, que há no Brasil aproximadamente 100 milhões de pneus jogados, impratáveis para o uso, que são fonte de poluição.

## Lúcio Alcântara elogia novo livro de Celso Furtado

O livro do ex-ministro, economista e professor Celso Furtado, intitulado *O Longo Amanhecer*, lançado recentemente, é, no entender do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), "uma excelente oportunidade para que os leitores possam aprender lições essenciais sobre o Brasil". A obra dedica-se, informou o senador, à reflexão sobre a ordem econômica mundial e as modificações do papel desempenhado pelo Brasil na era da globalização.

Lúcio Alcântara disse que o livro faz duras críticas à atual política econômica, analisa o aprofundamento das desigualdades sociais e condena a constante interferência do Fundo Monetário Internacional (FMI) na economia brasileira. De acordo com o senador, o autor também se mostra preocupado com relação ao elevado grau de endividamento externo, o qual, conforme alerta, "poderá levar o país a um estrangulamento político de di-



Lúcio Alcântara

mensões catastróficas".

Para que o país saia do atual impasse, a obra *O Longo Amanhecer* propõe, segundo Alcântara, três frentes distintas: reversão do processo de concentração patrimonial e de renda, prioridade ao social e formulação de um novo modelo de inserção no processo de globalização, de modo a conciliar a criação de empregos com a orientação de investimentos para o mercado interno.

— O livro se organiza com tal harmonia que o pensamento do professor Celso Furtado flui como uma voz carregada de sabedoria, iluminada pela experiência do tempo, soprada pela leveza de um espírito humanista. São sete capítulos independentes entre si, mas que guardam uma relação de reciprocidade discursiva muito curiosa, pois mantêm um laço de encadeamento e complementaridade argumentativa de extrema vitalidade intelectual — concluiu Lúcio Alcântara.